

09/06/96  
28/10/96 p. 17  
311

## Os garimpeiros da desgraça fundiária

Octavio Mello Alvarenga

• Paris, abril de 1992. Na Académie d'Agriculture de France um advogado brasileiro faz uma comunicação sobre a ecologia e a agricultura no Brasil. Aproveita a oportunidade para exibir uma coleção de eslaides sobre a Amazônia.

Subitamente ocorre um imprevisto: no exato momento em que estava sendo projetada a imagem de um garimpeiro, o projetor enguiçou e ficou congelada na tela, como se não quizesse ser substituída, a imagem daquele homem magro, curvado sobre uma poça de água suja.

Estava ali o mais perfeito modelo da vítima e algoz da Amazônia: transgressor das normas de meio ambiente, invasor de terras indígenas. Um aventureiro infeliz, buscando riqueza com rapidez, e sempre e sempre retornando à miséria.

O projetor da academia, para azar do expositor brasileiro, enguiçou novamente quando foi projetado o eslaide alusivo às queimadas na Amazônia — tema obrigatório numa exposição razoavelmente honesta para uma platéia curiosa de ser informada sobre o que se passa nos trópicos brasileiros — sobretudo nossa legislação agroambiental.

O caso dos garimpeiros, isto é, dessa manada de gente com mentalidade da idade da pedra lascada, que se precipita para os lugares mais distantes, a fim de praticar o extrativismo do ouro, retornou agora ao noticiário dos jornais e da televisão. A fim de cumprir solicitação do juiz de direito de Curionópolis, e desalojar os invasores das instalações da Vale do Rio Doce, o Exército e a Polícia Federal, em operação conjunta, considerada exemplar, ocuparam os imóveis invadidos. Foram presos os líde-

res do movimento, destruídas "guaritas de pedágio e vários barracões ocupados por entidades de classe, entre elas o sindicato e a cooperativa dos garimpeiros". Segundo o noticiário, tudo foi feito a fim de "restabelecer a credibilidade da Polícia Militar na região, que ficou arranhada desde o conflito de Eldorado do Carajás".

Voltemos à imagem do garimpeiro-poluidor, invasor de terras e até assassino de indígenas. E convenhamos que na maioria das vezes tais crimes resultam da junção de três elementos: ignorância, legislação inadequada, normas tecnológicas de difícil aplicação.

É por ignorância que o garimpeiro usa mercúrio para conseguir ouro nos rios. Tanto quanto é por ignorância que o pequeno produtor rural pratica inadequadamente a queimada.

O crime maior, do tipo Curió, é incentivar os crimes menores, cujo somatório redundará na desmoralização do Brasil, quando as grandes indústrias são poluidoras (e os retratos de seus proprietários são bastante diferentes dos caboclos amazonenses), como acontece no Sul-maravilha, no Rio Tietê, no Paraíba do Sul, ou na Baía de Guanabara, que deve 25% de seu "lixo" ecológico às fábricas e indústrias fluminenses ou aos donos de embarcações, que atiram detritos e derramam óleo no mar. É claro que em todo filme existem heróis e bandidos. Aqui, temos o exemplo de uma grande cooperativa de leite que instalou filtros, evitando impactos ambientais, mas encontra pela frente o impacto do Estado, que lhe deve e não paga. Nada é perfeito.

A competência demonstrada pelo Exército e a Polícia Federal, na Amazônia, ao ocuparem

a sede da Companhia Vale do Rio Doce e prenderem os líderes dos garimpeiros, serviu para eliminar outra labareda demagógica. Não ocorreu confronto armado. Não houve derramamento de sangue. Nem as televisões nem os jornais puderam fazer qualquer exibição sado-masoquista ao gosto dos amantes da truculência. Muito bem. Cumpriu-se uma determinação judicial — que, para ser levada a efeito, teve de obter o beneplácito do próprio presidente da Nação — porém será que a solução parcial de um dos problemas dos garimpeiros, os que se encontram em Serra Pelada, irá decidir a sorte de todos os outros?

Em termos econômicos, a ação dos garimpeiros causava um prejuízo diário de R\$ 130 mil à Companhia Vale do Rio Doce, que investe 250 milhões no Projeto Serra Leste, para a retirada (prevista) de 150 toneladas de ouro naquele local.

A Amazônia, estudada como fator de integração da América Latina, foi recentemente discutida pelo professor italiano Alberto Germano, em seminário no Rio de Janeiro. Partindo de circunstanciada análise das normas constitucionais e legais do Brasil, o ilustre estudioso conclui que, na Amazônia, o problema central não é mais o da propriedade da terra, mas o da tutela e da garantia dos sistemas de vida. Germano denuncia também o círculo vicioso no qual a pobreza e a degradação ambiental estão intimamente interligados.

Sem se referir diretamente ao garimpeiro, traçava seu retrato mais fiel.

OCTAVIO MELLO ALVARENGA é presidente da Sociedade Nacional de Agricultura.